

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003955-80.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça**
 Requerente: **Nacional Gas Butano Distribuidora Ltda**
 Requerido: **Priscilla Bertollo Ferreira Comercio de Gaz Epp**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****PROCESSO Nº 1003955-80.2017**

Vistos.

NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA ajuizou a presente **AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE com pedido de tutela provisória de evidência** em face de **PRISCILLA BERTOLLO FERREIRA COMERCIO DE GAZ**, todos devidamente qualificados nos autos.

Aduz a requerente, em síntese, que celebrou com a requerida, contrato de depósito, a título gratuito, por prazo indeterminado, tendo como objeto, 1.250 vasilhames transportáveis de aço para Gás Liquefeito de Petróleo de 13 KG. Informa que notificou a ré da rescisão do contrato, porém a mesma não providenciou a devolução dos vasilhames. Diante disso pleiteia a concessão de tutela provisória de evidência inaudita altera parte e a reintegração na posse dos 1.250 vasilhames esbulhados.

A inicial veio instruída com documentos (fls. 15/73).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A fls. 74, foi deferida a liminar.

Pela decisão de fls. 80, foi solicitado a autora que informasse se iria reembolsar a ré no caso de apreensão de vasilhames contendo produto.

Conforme certidão de fls. 101 foi feita a reintegração de posse de apenas 16 vasilhames, pois o restante segundo informes se encontra em outros estabelecimentos da ré. Em diligência nos demais estabelecimentos o ato não se concretizou (as empresas possuem CNPJ diferente).

Devidamente citada a requerida apresentou contestação aduzindo preliminarmente que a liminar concedida deve ser revogada, sob o argumento de que não restou demonstrada a urgência, visto que sua notificação se deu em 13/07/2015 e a presente ação foi ajuizada em 24/04/2017. No mérito sustenta que foram entregues apenas 40 botijões e não 1.250, como alegado pela autora. Os contratos de depósito não condizem com a realidade e foram assinados por imposição da requerente, justificando se tratar de troca de botijões durante a vigência do contrato. Impugnou os documentos de fls. 51, 52, 53 e 54 e o pedido de dano moral. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica (fls. 183/197).

As partes foram instadas a produzir provas. A autora pediu a produção de prova testemunhal (fls. 202) e a requerida permaneceu inerte (cf. certidão de fls. 204).

Inquirida pelo juízo a informar quais pontos controvertidos pretendia esclarecer com as oitivas, e se as testigos possuem algum grau de parentesco ou profissional, a autora peticionou a fls. 208/209,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

informando que pretendia demonstrar, que os 1.250 vasilhames foram devidamente entregues a ré, esclarecer a comercialização do Gás Liquefeito de Petróleo e ausência da devolução dos referidos bens. Por fim alega que as testemunhas são seus funcionários (fls. 213/214).

É o relatório.

DECIDO, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA A LIDE POR ENTENDER QUE A COGNIÇÃO ESTÁ COMPLETA NOS MOLDES EM QUE SE ESTABILIZOU A CONTROVÉRSIA.

Os comprovantes trazidos aos autos revelam que a ré recebeu em depósito 1200 botijões para gás (conforme fls. 51/53).

Cabe ressaltar que o documento de fls. 54 é igual ao de fls. 53.

Referidos documentos foram regularmente firmados pelo representante legal da ré e estão ordenados no aspecto formal.

Era da ré o ônus de provar o fato modificativo lançado na defesa mas nada nesse sentido produziu. Inclusive silenciou quando convocada pelo despacho de fls. 198.

A Notificação premonitória para devolução foi concretizada sem o efeito esperado.

Assim tem aplicação a cláusula 2.2 do inciso II do contrato firmado entre as partes.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ou seja: é de rigor que como **depositária**, a ré providencie entrega dos bens; como se manteve inerte deve fazê-lo, agora por imposição judicial.

É o que prevê o art. 645 do Código Civil.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE O PLEITO CONTIDO NA PORTAL, PARA O FIM DE REINTEGRAR A AUTORA NA POSSE DOS BENS REFERIDOS NA PORTAL (1200 VASILHAMES TRANSPORTÁVEIS DE AÇÃO DE GLP, DE 13KG CADA).**

Providencie a serventia a expedição do competente mandado de reintegração de posse dos referidos vasilhames, cabendo a requerida, em 05 dias, indicar nos autos onde se encontram armazenados (será intimada especificamente para tanto)

Essa providência pode também ser adotada pela postulante, que deverá indicar preposto para acompanhar a diligência.

Caso os bens não sejam apresentados/localizados, conclusos para conversão do pedido de reintegração de posse em perdas e danos, nos termos dos artigos 499 e 500 do CPC,

Publique-se e Intimem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 31 de janeiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**